Comércio, Globalização e Formação do Capital Social

GINA MARCÍLIO POMPEU
NATERCIA SAMPAIO
WAGNER MENEZES
(Organizadores)

Comércio, Globalização e Formação do Capital Social

13º Congresso Brasileiro de
Direito Internacional 2015

ARRAES
EDITORES

Belo Horizonte
2015

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz
André Cordeiro Leal
André Lipp Pinto Basto Lupi
Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Bernardo G. B. Nogueira
Carlos Augusto Canedo G. da Silva
Carlos Bruno Ferreira da Silva
Carlos Henrique Soares
Claudia Rosane Roesler
Clèmerson Merlin Clève
David França Ribeiro de Carvalho
Dhenis Cruz Madeira
Dircêo Torrecillas Ramos
Emerson Garcia
Felipe Chiarello de Souza Pinto
Florisbal de Souza Del'Olmo
Frederico Barbosa Gomes
Gilberto Bercovici
Gregório Assagra de Almeida
Gustavo Corgosinho
Jamile Bergamaschine Mata Diz
Janaína Rigo Santin
Jean Carlos Fernandes
Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
Jorge M. Lasmar
Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
José Luiz Quadros de Magalhães
Kiwonghi Bizawu
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Luciano Stoller de Faria
Luiz Manoel Gomes Júnior
Luiz Moreira
Márcio Luís de Oliveira
Maria de Fátima Freire Sá
Mário Lúcio Quintão Soares
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Nelson Rosenvald
Renato Caram
Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Rodolfo Viana Pereira
Rodrigo Almeida Magalhães
Rogério Filippetto de Oliveira
Rubens Beçak
Vladmir Oliveira da Silveira
Wagner Menezes
William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

341.1 Comércio, globalização e formação do capital social
C732 [organizado por] Gina Marcílio Pompeu, Natercia
2015 Sampaio, Wagner Menezes. Belo Horizonte:
Arraes Editores, 2015.
p.792

ISBN: 978-85-8238-170-0

1. Direito internacional – América Latina. 2. Globalização. 3. Direito internacional do Trabalho. 4. Direitos fundamentais. 5. Comércio internacional. 6 Direitos humanos. I. Pompeu, Gina Marcílio (org.). II. Sampaio, Natercia (org.). III. Menezes, Wagner (org.). IV. Título.

CDD – 341.1
CDU – 341.01

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

Rua Oriente, 445 – Serra
Belo Horizonte/MG - CEP 30220-270
Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2015

Agradecimentos

Agradeço a todos os *PESQUISADORES* que participaram da presente obra e contribuíram para o amadurecimento do Direito Internacional no país.

A *ARRAES EDITORES* e sua equipe envolvida na editoração da obra, por terem corajosamente assumido a missão de publicação dos textos, marcando assim seu comprometimento com o estudo do Direito Internacional bem como com a academia e a produção científica brasileira.

Sumário*

APRESENTAÇÃO XII

Capítulo 1
ESTADO: SOBERANIA, INTERCONSTITUCIONALIDADE
E FRONTEIRA..... 1

A AMÉRICA LATINA INVENTOU O DIREITO INTERNACIONAL
Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo 2

DERECHO A LA PRIVACIDAD Y ESPIONAJE GLOBAL
Miguel Revenga Sánchez 26

O TRIPÉ DA INTEGRAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA
Raquel Coelho de Freitas..... 40

Capítulo 2
SEMÂNTICA TRANSNACIONAL PARA JUSTIÇA..... 58

A MORFOLOGIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA
TRANSNACIONALIDADE
Narciso Leandro Xavier Baez..... 59

A DIMENSÃO CULTURAL DOS VALORES PRÓPRIOS
ÀS DEMOCRACIAS
Natercia Sampaio Siqueira e Rafael Marcílio Xerez..... 84

Capítulo 3
DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO
E DESENVOLVIMENTO 102

A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS
NO TRABALHO DA OIT E A PROMOÇÃO DA LIBERDADE
SINDICAL NO BRASIL
Ana Virginia Moreira Gomes 103

* Os Organizadores e a Arraes Editores não se responsabilizam pelo conteúdo e pela revisão dos artigos, bem como pela correção do novo acordo ortográfico.

HARD LAW MAKES BAD CASES: THE ILO (NERVOUSLY) CONFRONTS NEW GOVERNANCE INSTITUTIONS
Brian Langille 119

O FIM DA HISTÓRIA PARA A DEMOCRACIA SINDICALISTA: RECONHECENDO E CELEBRANDO A CENTRALIZAÇÃO NO ATIVISMO TRABALHISTA MODERNO
Jedidiah J. Kroncke 134

A DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES MIGRATÓRIAS
Patrícia Tuma Martins Bertolin, Luciana Veloso Baruki, Vivian Christina Silveira Ferreira Fernandez 176

O DANO EXISTENCIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO DECENTE NA OIT
Mara Darcanchy e Florisbal Del'Olmo 192

CAPÍTULO 4
COMÉRCIO INTERNACIONAL, DOING BUSINESS, ACESSO AO CRÉDITO E MICROCRÉDITO: ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO 210

COMÉRCIO INTERNACIONAL E GUERRA FISCAL: CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO NO CAMINHO ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO
Gina Vidal Marcílio Pompeu, Ana Carla Pinheiro Freitas 211

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E PARA A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
Randal Martins Pompeu e Thiago Braga Martins 227

DISPARIDADES OU CONFLITOS ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO ATUAL ESTADO BRASILEIRO
Renata Albuquerque Lima e Átila de Alencar Araripe Magalhães 242

WHEN MORE IS JUST NOT ENOUGH: CORPORATE CODES VIS-A-VISTHE ROLE OF GOVERNMENT IN LABOUR REGULATION WITHIN THE GLOBAL ECONOMY
Anil Verma 258

CAPÍTULO 5
O DESENVOLVIMENTO, COMÉRCIO INTERNACIONAL E FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS 270

GLOBAL GOVERNANCE AND TRADE: IS WTO AT RISK?
Alberto do Amaral Júnior 271

O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E SUA POSIÇÃO NO NOVO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO MUNDIAL
Carolina Soares Hissa 283

25 ANOS DE REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL
Jamile Bergamaschine Mata Diz 296

A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL E A SUA RELAÇÃO COM ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
Rosa Júlia Plá Coelho 314

CAPÍTULO 6
POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFÚGIOS 327

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL E OS IMIGRANTES NO CEARÁ: DIREITOS HUMANOS, E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM CURSO
Gina Vidal Marcílio Pompeu e Katherinne Mihaliuc 328

O INSTITUTO JURÍDICO DO REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS
Sidney Guerra 346

CAPÍTULO 7
DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS E O ESCOPO DO ESTADO NAÇÃO 361

OS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS E O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO
Samantha Ribeiro Meyer-Pflug 362

CAPÍTULO 8
DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS 373

A SOLIDARIEDADE NO DIREITO INTERNACIONAL: UM PLUS COM ORIGEM NA GLOBALIZAÇÃO E SUA DIMENSÃO PARA O BRASIL
Antônio Walber M. Muniz 374

A REVITALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E O ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO COMO MEIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CIBERDEMOCRACIA TRANSNACIONAL
Edson Pereira Portela Neto 381

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIMENSÃO AMBIENTAL DA SEGURANÇA ENERGÉTICA: INSERÇÃO DA TEMÁTICA NA ESTRUTURA POLÍTICA, JURÍDICA E INSTITUCIONAL DO BRASIL
Iure Paiva 393

CONCEITOS BRASILEIROS NA POLÍTICA EXTERNA E NO DIREITO INTERNACIONAL: A FORÇA HISTÓRICA DO CONCEITO DE AUTONOMIA DECISÓRIA (UMA HOMENAGEM A HÉLIO JAGUARIBE E AMADO LUIZ CERVO)
José Flávio Sombra Saraiva 408

ENTENDENDO O IMPACTO DE PROCESSOS DE INOVAÇÃO NO DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Jorge M. Lasmar 422

CAPÍTULO 9
EVASÃO DE DIVISAS, LAVAGEM DE DINHEIRO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 436

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – PERFIS E ATIVIDADES
Danilo Fontenele Sampaio Cunha 437

MICHEL FOUCAULT E A HUMANIZAÇÃO DO DIREITO PENAL
José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque 457

CAPÍTULO 10
CONTRATOS INTERNACIONAIS E AGROINDÚSTRIA 471

LIMPANDO O CARBONO: CARBON CAPTURE AND STORAGE (CCS) E O REGIME INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Lívia Gaigher Bósio Campello e Vladimir Oliveira da Silveira 472

OS CONTRATOS INTERNACIONAIS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: ENTRE A CONVENÇÃO DE VIENA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIA (CISG) E OS PROJETOS DE CÓDIGO COMERCIAL
Marcia Carla Pereira Ribeiro e Clóvis Alberto Bertolini de Pinho 485

POLUENTES INVISÍVEIS: IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS COMO UMA AMEAÇA A QUALIDADE DA ÁGUA E A SUSTENTABILIDADE
Maria Cláudia S. Antunes de Souza e Greyce Kelly Antunes de Souza 506

CAPÍTULO 11
DIREITO DO MAR E DIREITO MARÍTIMO 518

O NOVO DIREITO DO MAR NA CONVENÇÃO DE MONTEGO BAY DE 1982, NO ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE 1994 E NO ACORDO DE NOVA YORK DE 1995
Adherbal Meira Mattos 519

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO
João Luis Nogueira Matias 532

L'IMPORTANCE DES ORGANES POLITIQUES POUR LA PRÉVENTION DES CONFLITS ET D'HARMONISATION ENTRE LES FORA RÉGIONAUX ET L'ORGANE DE RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS DE L'OMC
Alice Rocha da Silva e Tarin Cristino Frota Mont'Alverne 542

CAPÍTULO 12
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E EFETIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL 558

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E SUA DEFESA E APLICAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS DE PAZ DA HAIA E NAS DECISÕES DA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL
Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro 559

DIREITO INTERNACIONAL, CONVERGÊNCIA COM DIREITOS HUMANOS E REFLEXOS NO PÓS-CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO
Marcelo Ribeiro Uchôa 575

EFETIVIDADE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: ENTRE MECANISMOS AUTÔNOMOS DE EXECUÇÃO E A VONTADE DO ESTADO
Paulo Henrique Gonçalves Portela 607

CONTROVÉRSIAS SOCIOAMBIENTAIS TRANSFRONTEIRIÇAS NO MERCOSUL: POR UMA COOPERAÇÃO MAIS SIGNIFICATIVA
Bruno Rodrigues de Almeida e Raphael Carvalho de Vasconcelos 623

A INSOLVÊNCIA TRANSFRONTERIÇA NO BRASIL E OS TÍTULOS DE DÍVIDA ESTRANGEIROS ("CORPORATES BONDS"): AS INCERTEZAS DA "LEX FORI" BRASILEIRA
Luiza Nogueira Barbosa e Valesca Raizer Borges Moschen 640

CAPÍTULO 13
ARBITRAGEM INTERNACIONAL 651

O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE DOS ÁRBITROS NO BRASIL E NAS CÂMARAS INTERNACIONAIS
Antonio Jorge Pereira Júnior 652

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL ENQUANTO ELEMENTO NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA E NOS EUA: UMA INTERPRETAÇÃO DA TORTURA A PARTIR DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
Vinicius Valentin Raduan Miguel 665

CAPÍTULO 14
CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL 675

A CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL SOB A PERSPECTIVA DE "DIREITO E ECONOMIA"
Cesar Santolim 676

ESTADO DE DIREITO E CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL
Margareth Anne Leister 684

CAPÍTULO 15
AÇÃO HUMANITÁRIA TERRORISMO E CONFLITOS ARMADOS 694

TERRORISMO: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA MODERNA
Rafael Gonçalves Mota 695

INDIGENOUS RIGHTS BEFORE THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS: A CALL FOR A PRO INDIVIDUAL INTERPRETATION
Valerio de Oliveira Mazzuoli e Dilton Ribeiro 722

CAPÍTULO 16
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS 743

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: NÃO IMPORTA A COR DO GATO, DESDE QUE ELE CACE O RATO
Eduardo Rocha Dias 744

ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E ECONOMIA – EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E PORTUGUESA
Gustavo Brígido Bezerra Cardoso 768

Apresentação

É com satisfação e alegria que apresentamos à comunidade acadêmica obra referencial das discussões de vanguarda no Direito Internacional no Brasil, resultado material das discussões e debates desenvolvidos ao longo do Congresso Brasileiro de Direito Internacional e que se afirma como trabalho de múltiplas abordagens teóricas, mas consistência teórica.

Aspectos do Direito Internacional ligados ao "Comércio, a Globalização e Formação do Capital Social" foram o fio condutor e tema central da décima terceira edição do Congresso Brasileiro de Direito Internacional, realizado em Fortaleza, no Ceará, a partir de uma iniciativa e organização da Academia Brasileira de Direito Internacional – ABDI, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional – SBDI e da UNIFOR.

O Congresso Brasileiro de Direito Internacional, consagrado como o maior evento do Direito Internacional do Brasil, na décima terceira edição, renovou o seu compromisso com a reflexão, expansão e a disseminação do Direito Internacional. Para tanto, manteve-se a tradição de conjugar estudos dos mais notáveis doutrinadores e atuantes do Direito Internacional no Brasil, na América Latina e no mundo com os jovens docentes e discentes, voltando-se ao fomento e à pesquisa científica em níveis de graduação e pós-graduação.

Esse compromisso se fortalece na expansão do estudo do Direito Internacional no Brasil por meio do crescente interesse na internacionalização das relações jurídicas, o que vem promovendo uma transformação não apenas no que alcança o objeto do Direito Internacional, como também o aproximando dos indivíduos, seja no plano teórico ao reconhecer a sua titularidade central, ou prático, quando lhe confere direitos e disponibiliza instrumentos de acesso à justiça internacional.

Essencialmente, a ideia de formação de um capital social no contexto do comércio e da globalização econômica deve passar pela apreciação axiológica pautada no reconhecimento dos direitos humanos e, no diálogo afirmativo deste, no contexto da compressão da sociedade internacional contemporânea, transcendendo a figura referencial do Estado.

Nesta perspectiva e sob a temática central do "Comércio, Globalização e Formação do Capital Social" dialogando permanentemente com ele, são reunidos textos sobre os mais diversos aspectos e abordagens contemporâneas do Direito Internacional, refletindo a contribuição de cada autor para a construção reflexiva e a expansão do estudo da disciplina no Brasil e que foram amplamente debatidos no quadro da comunidade acadêmica durante o Congresso.

A presente obra encontra-se dividida em 16 (dezesseis) seções, destacando-se as seguintes temáticas: "Estado: Soberania, Interconstitucionalidade e Fronteira"; "Semântica transnacional para justiça"; "Direito Internacional do Trabalho e Desenvolvimento"; "Comércio Internacional, *doing business*, acesso ao crédito e microcrédito: entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano"; "O desenvolvimento, comércio internacional e formação de blocos econômicos"; "Políticas migratórias e refúgios"; "Direitos humanos internacionais e o escopo do estado nação"; "Direito e Relações Internacionais"; "Evasão de divisas, lavagem de dinheiro e a cooperação internacional"; "Contratos Internacionais e Agroindústria"; "Direito do Mar e Direito Marítimo"; "Tribunais internacionais e efetividade do Direito Internacional"; "Arbitragem Internacional"; "Codificação do Direito Internacional"; "Ação humanitária terrorismo e conflitos armados"; "Parcerias público-privadas: experiências nacionais e internacionais".

Mais uma vez, renovando a parceria na missão de divulgação da produção do conhecimento em Direito Internacional, a Arraes Editores se sensibiliza e, juntamente com o Congresso Brasileiro de Direito Internacional, vem se tornando o principal veículo editorial de divulgação do Direito Internacional no país, com a publicação não apenas desta obra, como de inúmeras outras de novos pensadores internacionalistas.

Está-se diante, portanto, de uma obra que não se limita a publicar as pesquisas científicas, colocando-se também como fonte e repertório para novas produções científicas e para a consolidação do Direito Internacional no Brasil e no mundo, aproximando uma nova geração dessa realidade que se constrói.

Por fim, cabe aqui ressaltar que o momento da realização do 13º Congresso Brasileiro de Direito Internacional e da publicação da presente obra não poderia ser mais oportuno. Neste ano de 2015, celebram-se os setenta anos de constituição da Organização das Nações Unidas, principal organização internacional de cunho universalista, que almeja a paz, expandindo e consolidando o Direito Internacional; é também o centenário de criação da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Assim, entre o desafio de consolidar o amadurecimento da doutrina do Direito Internacional a partir do congraçamento de um conjunto de pesquisadores de todo o país e o desafio de avançar nas perspectivas doutrinárias, oferece-se à comunidade acadêmica a obra "Comércio, Globalização e Formação do Capital Social", e a discussão sobre a expansão da temática internacional nesta segunda década do século XXI, cuja edição desde já torna-se fundamental para

as bibliotecas jurídicas no país e no exterior e leitura obrigatória para todos aqueles que querem compreender o diálogo do direito brasileiro no contexto do Direito internacional.

Brasil, Agosto de 2015.

GINA POMPEU

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1987), Mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1994) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Advogada inscrita na OAB n. 6101. Atualmente é Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza, Mestrado e Doutorado, Consultora jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Vice-presidente Nordeste do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Tem experiência na área de Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: Constituição, Estado e Economia, bem como história política, crescimento econômico e desenvolvimento humano na América Latina, no Brasil e no Ceará. Pesquisa ainda sobre a formação do capital social e o exercício do controle social, da cidadania e a exigibilidade judicial dos direitos sociais, sobremaneira à educação.

NATERCIA SIQUEIRA

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998), Mestrado em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e Doutorado em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2011). Atualmente é Procuradora Fiscal da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza e professora da graduação, mestrado e doutorado do curso de direito da Universidade de Fortaleza. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, Direito Processual Tributário e Direito Constitucional.

WAGNER MENEZES

Professor Associado de Direito Internacional na USP – Universidade de São Paulo, Livre-docente. Doutor com Pós-Doutorado na Universitá Degli Studi di Padova; Mestre. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional – ABDI. Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Membro-Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Editor-chefe e Diretor do Boletim da Sociedade Brasileiro de Direito Internacional. Diretor Executivo da Sociedade Latino-americana de Direito Internacional – SLADI. Árbitro do Tribunal Arbitral do Mercosul (Protocolo de Olivos). Advogado. Professor visitante em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior.